

## **Questionário para os Estados Membros sobre a implementação da obrigação de desembarque**

### **Medidas tomadas pelos Estados Membros e as organizações de produtores para cumprir a obrigação de desembarque**

1. Lançou, apoiou, participou em ou desenvolveu alguma medida e/ou estudo com vista a evitar as capturas indesejadas através de alterações espaço-temporais das práticas de pesca (por exemplo estudos/ensaios sobre encerramentos em tempo real)? Sim/Não

Por favor, especifique o tipo de medidas ou estudos efetuados.

2. A que segmentos de frota/pescarias se aplicam as referidas medidas e/ou estudos?

3. Em que proporção as medidas e/ou estudos foram adotados nas frotas de segmento/pescarias aplicáveis?

Por favor, indique o número e a proporção de navios no segmento/pescaria.

4. Procedeu a alguma alteração do seu sistema de gestão de quotas para implementar a obrigação de desembarque? Sim/Não

Por favor, indique quais alterações.

5. Relativamente às unidades populacionais com limite de captura, foi efetuada alguma análise quantitativa para identificar problemas potenciais decorrentes das espécies bloqueadoras a nível nacional? Sim/Não

Por favor, forneça pormenores.

6. Procurou isenções à obrigação de desembarque (quer, devido a taxas de sobrevivência elevadas ou a isenções de minimis) na elaboração de recomendações regionais comuns? Sim/Não

Por favor, pormenorize cada isenção procurada.

7. Que estudos ou provas recolheu ou apresentou para sustentar o referido requerimento?

8. Que medidas tomou para garantir que o número de capturas rejeitadas no âmbito das isenções de minimis não excedesse o volume autorizado pelo ato delegado?

9. Qual foi a utilização das isenções de minimis concedidas no segmento de frota/pescaria de aplicação da isenção?

Por favor, indique o peso e a proporção total das capturas rejeitadas no âmbito da referida isenção para cada segmento de frota/pescaria de aplicação da isenção.

10. Alguns dos seus navios requereram à disposição para rejeitar peixes danificados por predadores? Sim/Não

Por favor, especifique o peso total das capturas de cada espécie rejeitada para cada segmento de frota/pescaria abrangido.

11. Relativamente às unidades populacionais com limites de captura, requereu às disposições para a flexibilidade plurianual ou inter-espécies? Sim/Não

Por favor, identifique qual flexibilidade (ou flexibilidades) utilizou e as reatribuições correspondentes das possibilidades de pesca para as unidades populacionais abrangidas.

12. Em caso de elaboração de recomendações conjuntas, foram organizadas consultas junto de Conselhos Consultivos ou de outros intervenientes pertinentes? Sim/Não

Por favor, descreva o processo de consultas junto dos Conselhos Consultivos.

Por favor, descreva - dado o caso - o processo de consultas junto de outros intervenientes.

13. Na sequência da adoção do ato delegado para um plano de rejeição, foram tomadas medidas para garantir às partes interessadas a correta compreensão das suas obrigações, de acordo com o disposto no ato? Sim/Não

Por favor, descreva o processo que permite às partes interessadas entender as obrigações que lhes incumbem.

14. Implementou outras medidas, para além das mencionadas nas perguntas anteriores, com vista a assegurar o cumprimento das disposições da obrigação de desembarque? Sim/Não

Por favor, indique quais as medidas tomadas.

15. A que segmento de frota/pescarias os referidos estudos/ensaios se aplicam?

16. Em que proporção as medidas e/ou estudos foram adotados nas frotas de segmento/pescarias aplicáveis?

Por favor, indique o número e a proporção de navios no segmento/pescaria.

### **Medidas tomadas pelos Estados Membros relativamente ao controlo do cumprimento da obrigação de desembarque**

17. As informações foram transmitidas aos pescadores pelas administrações e as agências de controlo dos Estados Membros? Sim/Não

Sob que forma as informações lhe foram transmitidas:

- Iniciativas destinadas aos pescadores com vista a melhorar o referido cumprimento
- Orientações para a aplicação da obrigação de desembarque e o registo exato das capturas, etc.
- Outros

18. Foram providenciadas orientações aos inspetores pelas administrações e agências de controlo dos Estados Membros? Sim/Não

Sob que forma as orientações lhe foram transmitidas:

- Transmissão das orientações aos inspetores com vista a uma aplicação eficaz e homogénea da obrigação de desembarque.
- Organização de seminários e formações para apresentar as orientações aos inspetores a nível nacional e regional.

19. Foram utilizadas novas ferramentas de controlo e acompanhamento por parte dos Estados Membros? Sim/Não

Por favor, dê-nos informações sobre:

- As ferramentas de controlo utilizadas no âmbito da obrigação de desembarque, isto é, sistema de monitorização eletrónica à distância, sistemas tradicionais (vigilância aérea, inspeções no mar), frotas de referência, etc.
- Medidas para o desenvolvimento de novas ferramentas, incluindo dispositivos de monitorização eletrónica destinados à implementação da obrigação de desembarque, registo

de cada lanço, etc.

20. As administrações e autoridades de controlo dos Estados Membros monitorizam as capturas abaixo do tamanho mínimo de referência de conservação durante e depois do desembarque (rastreadibilidade)? Sim/Não

Por favor, dê-nos informações sobre:

- O número total de rejeições (por parte das pescarias, frotas de segmento) de 2013 a 2016
- As iniciativas levadas a cabo para impedir as capturas abaixo do tamanho mínimo de referência de conservação de aceder aos circuitos comerciais (notificação prévia de desembarque das capturas abaixo do tamanho mínimo de referência de conservação, etc.)
- As medidas adotadas para monitorizar os desembarques nas lotas e mercados de peixe.

21. O controlo e a monitorização baseiam-se na avaliação dos riscos? Sim/Não

Por favor, dê-nos informações sobre as ferramentas de avaliação dos riscos utilizadas e os resultados obtidos, incluindo as implementadas pelos Grupos de Peritos em Controlo regional em cooperação com a AECP.

22. A abordagem elaborada pela AECP do “último lanço observado” foi utilizada para monitorizar a implementação da obrigação de desembarque e estabelecer alvos potenciais de inspeção? Sim/Não

Por favor, forneça pormenores das pescarias abrangidas e da extensão da amostragem.

### **Informações sobre o impacto socioeconómico da obrigação de desembarque**

23. Por favor, forneça informações relativas aos impactos socioeconómicos, usando para tal os indicadores mais apropriados que se seguem:

- A zona de captura
- As empresas a montante
- As empresas de transformação
- O consumo e os mercados
- Os custos para os Estados Membros

### ***Informações sobre o efeito da obrigação de desembarque na segurança a bordo dos navios de pesca***

24. Foram declarados casos de sobrecarga de navios de pesca que causassem problemas de estabilidade? Sim/Não

Por favor, indique o número e a natureza de casos.

Podem ser quantificados em termos de:

- Número de mortes ou lesões graves
- Número de navios envolvidos em percentagem do segmento de frota específica

25. Foram declarados casos de sobrecarga de navios de pesca que os obrigassem a regressar ao porto antecipadamente? Sim/Não

Por favor, indique o número e a natureza de casos.

26. Foram declarados incidentes ou acidentes atribuíveis a uma carga de trabalho excessiva?

Sim/Não

Por favor, indique o número e a natureza dos incidentes ou acidentes.

27. Foi alterada ou adotada alguma legislação nacional decorrente da obrigação de desembarque, relativa à segurança a bordo dos navios de pesca?

Por favor, forneça pormenores acerca da referida legislação.

28. Providenciou ou recebeu algum financiamento ao abrigo do Artigo 32 (Saúde e Segurança) do FEAMP ou do Artigo 3 (Operações elegíveis no domínio da segurança) e do Artigo 6 (Operações elegíveis no domínio das condições de trabalho) do Regulamento Delegado (UE) 2015/531 da Comissão com vista a atenuar os problemas de segurança potenciais relacionados com a obrigação de desembarque? Sim/Não

Se sim, indique o número de projetos e a natureza das medidas tomadas.

Se não, foram tomadas algumas medidas não financiadas pelo FEAMP?

**Informações sobre a utilização e as diferentes vias de escoamento das capturas abaixo do tamanho mínimo de referência de conservação de uma espécie sujeita à obrigação de desembarque**

29. Que utilizações e destinos principais foram declarados para as capturas abaixo do tamanho mínimo de referência de conservação? Pode quantificar as referidas capturas por espécies em termos de volumes, preço por tonelada e custos associados consoante as diferentes vias de escoamento para as quais as capturas foram enviadas?

30. Realizou estudos ou projetos pilotos levando em consideração as utilizações potenciais para capturas deste tipo? Sim/Não

Por favor, forneça pormenores dos referidos estudos ou projetos pilotos.

**Informações sobre infraestruturas portuárias e instalações dos navios de pesca no que respeita à obrigação de desembarque para cada pescaria abrangida**

31. Providenciou algum financiamento ao abrigo do Artigo 38 do FEAMP para alterações a bordo de navios de pesca para a manipulação de capturas a bordo? Sim/Não

Por favor, indique o número, a natureza e o montante total investido nos referidos projetos.

32. Providenciou algum financiamento ao abrigo do Artigo 43 do FEAMP para investimentos em infraestruturas portuárias, edifícios de lotas e abrigos para a manipulação das capturas indesejadas? Sim/Não

Por favor, indique o número, a natureza e o montante total investido nos referidos projetos.

33. Providenciou algum financiamento ao abrigo dos Artigos 68 e 69 do FEAMP para investimentos em medidas de comercialização e transformação dos produtos da pesca e da aquicultura? Sim/Não

Por favor, indique o número, a natureza e o montante total investido nos referidos projetos.

**Informações sobre as dificuldades encontradas na implementação da obrigação de desembarque e recomendações para as superar**

34. Por favor, forneça informações acerca dos seguintes pontos:

Dificuldades operacionais como:

- Prevenção e/ou seletividade insuficiente para evitar as capturas indesejadas
- Manipulação, armazenagem e tratamento das capturas indesejadas
- Financiamento insuficiente para adaptar material de pesca, navios e infraestruturas portuárias

Dificuldades relativas à monitorização, controlo e execução, como:

- Ausência de compreensão ou conhecimento das regras
- Dificuldades em implementar e monitorizar isenções de minimis e taxas de sobrevivência elevadas
- Problemas de implementação no que respeita aos processos de controlo/monitorização ou às infraestruturas (por exemplo a adaptação dos sistemas eletrónicos de registo e transmissão de dados)
- Recusa de levar observadores a bordo

Dificuldades em utilizar totalmente as possibilidades de pesca, como:

- Problemas de reatribuição das quotas para cobrir as capturas não desembarcadas anteriormente
- Problemas de calendário ou de disponibilidade das trocas de quotas
- Pescarias obrigadas a encerrar antecipadamente, devido aos problemas decorrentes das espécies bloqueadoras